

A APRENDIZAGEM E A INTEGRAÇÃO

LEARNING AND INTEGRATION



JULIANA GODINHO CONCEIÇÃO

Graduação em Pedagogia; Professora de Educação infantil pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

A aquisição de conhecimento é um processo no qual todas as crianças avançam em ritmos distintos. É incumbência dos educadores identificar possíveis exigências educacionais decorrentes de circunstâncias pessoais especiais ou de diferentes formas de limitações, assegurando o progresso e a inclusão dos alunos na sala de aula. Os estudantes com demandas educacionais especiais requerem um conjunto de abordagens pedagógicas para superar as barreiras encontradas durante o aprendizado. Essas abordagens podem ser temporárias ou permanentes, adaptando currículos de forma individualizada ou ajustando materiais e o ambiente para facilitar o processo de aprendizagem. Os professores devem trabalhar e implementar as medidas adequadas para garantir a integração plena de todas as crianças com necessidades especiais no grupo em que se encontram, independentemente do grau de limitação. Essa questão é relevante e deve ser considerada em cada etapa educacional (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio). De maneira geral, os docentes e especialistas em educação devem proteger e promover uma série de atividades e jogos que estimulem o desenvolvimento intelectual e motor, aprimorem a comunicação e habilidades emocionais.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de Conhecimento; Exigências Educacionais; Responsabilidades.

ABSTRACT

The acquisition of knowledge is a process in which all children progress at different rates. It is up to educators to identify possible educational requirements arising from special personal circumstances or different forms of limitations, ensuring the progress and inclusion of students in the classroom. Students with special educational needs require a set of pedagogical approaches to overcome the barriers encountered during learning. These approaches can be temporary or permanent, adapting curricula on an individual basis or adjusting materials and the environment to facilitate the learning process. Teachers must work and implement appropriate measures to ensure the full integration of all children with special needs into the group they are in, regardless of the degree of limitation. This issue is relevant and must be considered at each educational stage (Early Childhood Education, Primary Education or Secondary Education). In general, teachers and educational specialists should protect and promote a series of activities and games that stimulate intellectual and motor development, improve communication and emotional skills.

KEYWORDS: Acquisition of Knowledge; Educational Requirements; Responsibilities.

INTRODUÇÃO

As crianças que possuem incapacidades ainda encontram-se entre as mais marginalizadas e invisíveis globalmente. Estima-se que uma em cada dez crianças nasça com uma deficiência ou a adquira durante a infância ou adolescência.

A implementação da legislação de inclusão escolar requer um esforço considerável em termos dos recursos que o Estado deve investir para equiparar as contribuições que as famílias costumavam fazer para manter o antigo sistema de financiamento compartilhado.

Surge, então, a pergunta sobre como a legislação de inclusão escolar busca alcançar a melhoria desejada na qualidade da educação, especialmente quando se concentra em corrigir aspectos econômicos do funcionamento do sistema educacional, como o copagamento e o lucro. Espera-se que, ao entrar em vigor, a atenção não seja mais direcionada à correção das desigualdades do sistema, mas sim em direção ao objetivo central da lei, ou seja, uma verdadeira inclusão social.

A resposta para a pergunta sobre a melhoria da qualidade do ensino não é simples. É necessário considerar que a legislação de inclusão faz parte de uma série de reformas promovidas pelo governo atual, que incluem uma nova carreira profissional no ensino, o fortalecimento da educação pública e a consolidação de reformas anteriores, como a criação de uma Superintendência de Qualidade da Educação.

Por outro lado, espera-se que as instituições educacionais e as salas de aula representem verdadeiramente a diversidade sociocultural, étnica e as necessidades educacionais específicas de cada aluno. Assim, a legislação de inclusão deve ser vista como uma transformação no sistema

educacional, onde é necessário avançar na criação de materiais curriculares.

O desafio é ainda maior quando consideramos o aumento da imigração, a promoção de programas de integração escolar e o acesso efetivo às instituições de ensino. Espera-se que essa oportunidade seja aproveitada por todos os envolvidos no desenvolvimento da educação, promovendo comunidades educacionais mais diversas, o que contribuirá para uma educação abrangente e de qualidade.

Para enfrentar essa situação, o conceito de inclusão precoce busca contribuir para elevar as expectativas de desenvolvimento de todos os bebês, independentemente de suas habilidades. Quando as famílias, os cuidadores e os profissionais são capazes de superar estereótipos e identificar oportunidades para fornecer apoio, eles podem estabelecer metas adequadas que apoiam seus esforços para alcançar a inclusão com qualidade e equidade.

O principal desafio para a viabilidade do modelo de escola inclusiva em todo o país é a situação dos recursos humanos, especialmente dos professores das salas de aula regulares, que precisam receber uma capacitação efetiva para transformar sua prática educacional. A formação e o aprimoramento dos professores são metas primordiais a serem alcançadas na concretização de um sistema educacional que inclua verdadeiramente a todos (BRASIL, 2003, p. 24).

No caso das crianças com deficiência, promover altas expectativas e estimular seu pleno potencial de desenvolvimento requer a necessidade de reconfigurar as práticas e os serviços educacionais que apoiam a inclusão. Isso é realizado por meio de uma série de ações e benefícios mediados por políticas e programas destinados à primeira infância.

O DESAFIO DA ESCOLARIDADE INTEGRATIVA

As limitações e obstáculos amplamente conhecidos não impedem a evolução notável na valorização desse direito humano essencial e na melhoria do consenso compartilhado de que a luta contra todas as formas de discriminação enriquece a sociedade em termos humanos.

Embora as regulamentações atuais garantam o acesso à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, o sistema escolar ainda não está plenamente preparado para recebê-las.

Diferentemente das experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diversidades são aceitas e respeitadas. Devido à fase crítica em que nossas sociedades se encontram, passando de um contexto industrial para um informacional e de um âmbito nacional para um internacional, é crucial evitar os erros do passado. Precisamos de escolas que promovam uma ampla aceitação social, paz e cooperação. (STAINBACK, 1999, p. 79).

As instituições que adotam a educação inclusiva devem adaptar o currículo para ajustar as metodologias usadas em sala de aula ou diversificar as formas de avaliação, respeitando a diversidade e trabalhando de acordo com os processos de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Supostamente, a inclusão veio para substituir o paradigma anterior: a integração. Essa perspectiva representou um grande avanço na atenção dada a muitas crianças em idade escolar. Por meio de uma lei, foi decidido que crianças e adolescentes com deficiência deveriam ser integrados

às escolas regulares, em vez de serem tratados como alunos especiais. A integração foi um processo difícil e com muitas falhas.

Em muitas ocasiões, o próprio ambiente educacional, que deveria ser inclusivo por definição, acabou segregando sorratamente as crianças que estavam sendo "integradas" ao sistema considerado comum. A intenção era clara: adaptar alunos diversos às escolas, mas a transformação deveria ter ocorrido na própria escola, em sua organização e cultura, para atender a todos. O objetivo era uma escola para todos.

A atitude do professor em relação ao aluno desempenha um papel determinante na autoimagem da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo dependem, em grande parte, da percepção que o professor demonstra em relação a ele. Uma atitude contínua e consistente de altas expectativas em relação ao sucesso de um aluno fortalece sua confiança, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (CUBERO e MORENO, 1995, p.255).

Com uma integração mal estabelecida, a inclusão foi rapidamente implantada em todo o sistema educacional sem muita reflexão ou treinamento. Simplesmente substituímos: onde antes falávamos de integração, agora falamos de inclusão, como se fossem palavras sinônimas e intercambiáveis.

Cometemos o erro de considerar integração e inclusão como a mesma forma tendenciosa de lidar com a diversidade, a diferença e a desigualdade na educação. Concentramo-nos nas deficiências dos alunos em vez de observar suas habilidades. Mais uma vez, a base de um "novo paradigma" foi estabelecida a partir de uma cultura distorcida. Ficamos iludidos ao acreditar que, simplesmente mudando os termos, poderíamos magicamente alterar as culturas e, conseqüentemente, as práticas. Mas não foi assim. Devemos admitir que nem a visão social do déficit, que ainda persiste, nem as tendências homogeneizadoras da legislação educacional tradicional contribuíram para essa mudança.

Talvez o erro fundamental da inclusão seja a própria ideia que a sustenta: o fato de que a inclusão implica a aceitação de que existem outros que são diferentes.

A revolução que torna a inclusão possível deve afetar o cerne do sistema educacional. Educar é um ato inclusivo. Esse é um desafio que envolve a transformação dos currículos, das estratégias organizacionais e das culturas educacionais enraizadas em séculos passados, bem com um desenvolvimento inovador poderoso que aprimora ainda mais uma estrutura educacional ampla e flexível, capaz de nutrir a criatividade, promover a autonomia organizacional e abrir-se para a aprendizagem dentro do contexto biológico e contextual que a compõe.

Falar sobre inclusão e educação é refletir sobre como transformar os sistemas educacionais em espaços acolhedores, livres de quaisquer barreiras... amigáveis para todos. São espaços educacionais que permitem que todos os alunos, independentemente de suas características específicas, sejam educados e se desenvolvam como indivíduos em constante evolução.

A REALIDADE DO UNIVERSO INFANTIL COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A expressão "necessidades especiais" frequentemente carrega uma conotação negativa: alguém com necessidades especiais é visto como alguém incapaz, o que leva à tentação de tratá-

los como ineptos. No entanto, uma criança com necessidades especiais é capaz de se envolver em atividades construtivas e, acima de tudo, é capaz de progredir. Infelizmente, poucas vezes eles têm a oportunidade de avançar.

[...] para assegurar o sucesso da educação inclusiva, devem ser levadas em conta algumas considerações: apoio de especialistas, integração dos dois sistemas e adaptação às necessidades de todos os alunos; aprimoramento das formas de intervenção, ou seja, aplicação de métodos consultivos e intervenção direta na sala de aula regular por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova estrutura escolar, promovendo colaboração, ajuste mútuo, abordagens interdisciplinares e profissionalismo dos educadores. (DENARI, 2004 apud RODRIGUES, 2006, p.36)

Em termos globais, há um amplo espaço para avanços nos direitos das crianças com necessidades especiais. Um desses avanços foi chamá-las de "crianças com capacidades diferentes" em vez de "crianças com necessidades especiais".

Na verdade, o que é necessário para garantir os direitos dessas crianças é uma mudança de mentalidade. Além disso, as autoridades em todo o mundo devem tomar as medidas necessárias para estabelecer uma estrutura legal e institucional que garanta a proteção das crianças com necessidades especiais, permitindo que elas saiam do isolamento e desfrutem de uma vida adequada, com as condições e oportunidades que merecem.

As crianças que não conseguem andar, frequentar a escola, brincar com amigos ou levar uma vida independente devido às suas capacidades diferentes são frequentemente abandonadas ou negligenciadas devido às suas diferenças.

Segundo a Classificação Internacional de Capacidades, Incapacidades e Desvantagens (CICID) (1989):

Capacidade diferente - alteração ou distinção na estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Isso pode incluir anomalias, deficiências ou perdas de membros, órgãos, tecidos ou qualquer outra estrutura corporal, incluindo funções mentais. Reflete uma manifestação de um estado patológico, indicando um distúrbio orgânico ou uma disfunção no organismo. Incapacidade - restrição resultante de uma capacidade diferente, afetando a habilidade de realizar uma atividade considerada normal para um ser humano. Surge como uma consequência direta ou é uma resposta do indivíduo a uma capacidade diferente, seja ela psicológica, física, sensorial ou outra. Reflete a manifestação objetiva da capacidade diferente e indica distúrbios pessoais nas atividades e comportamentos essenciais para a vida cotidiana. Desvantagens - prejuízo para o indivíduo resultante de uma capacidade diferente ou incapacidade, limitando ou impedindo o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discrepância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do próprio indivíduo ou de seu grupo social. Reflete a socialização da capacidade diferente e está relacionada às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Estima-se que cerca de 150 milhões de crianças em todo o mundo vivam com capacidades diferentes; 80% delas vivem em países em desenvolvimento. Na maioria das vezes, essas crianças não recebem o atendimento necessário e são frequentemente alvo de discriminação.

Existem várias causas para a condição de capacidade diferente. Infelizmente, é verdade que a maioria desses casos poderia ter sido evitada se tivessem recebido a prevenção adequada e acesso ao tratamento relevante.

Esse tipo de fenômeno é particularmente evidente em nações em desenvolvimento, onde a maioria das crianças com limitações enfrenta analfabetismo e vive completamente isolada do

restante da comunidade. Com frequência, são compelidas a mendigar para sobreviver e enfrentam uma vida de extrema pobreza, habitando nas ruas.

Há um crescente perigo de que crianças com deficiência se tornem infelizes vítimas de violência, devido à sua incapacidade de se proteger. Dessa forma, a violência física, psicológica e emocional se torna uma triste realidade que permeia os círculos domésticos, institucionais e sociais em que essas crianças estão inseridas.

Infelizmente, em certos países, a desvantagem física ou psicológica também pode levar ao infanticídio, devido ao fardo social e financeiro que as crianças com deficiência impõem às suas famílias.

A discriminação contra pessoas com deficiência é abundante, especialmente em áreas como educação, moradia, transporte e vida cultural, onde a maioria dos lugares e serviços é inacessível para aqueles que sofrem com limitações. Os obstáculos são numerosos, sejam eles físicos (edifícios que não podem ser acessados por cadeiras de rodas), institucionais (falta de profissionais qualificados, como intérpretes de linguagem de sinais) ou até mesmo obstáculos resultantes simplesmente da intolerância.

Mesmo em países desenvolvidos, é possível observar certa discriminação que afeta crianças com deficiência: elas são frequentemente separadas de outras crianças, mantidas em instituições especiais distantes de suas famílias, em classes segregadas, entre outras situações. Portanto, a oportunidade de se integrar à sociedade e, posteriormente, encontrar emprego se torna impossível.

As escolas regulares devem aumentar sua capacidade para identificar e incluir crianças com Síndrome de Down. O sistema educacional deve priorizar a qualidade de ensino. Programas mais integrativos e personalizados não são um luxo, mas sim necessidades do movimento de inclusão (FONSECA, 1987, p. 23).

O maior desafio em relação às crianças com deficiência em nossa região é a escassez de dados adequados e comparáveis que permitam entender suas características sociodemográficas e monitorar estratégias de resposta.

De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial, mais de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, incluindo aproximadamente 100 milhões de crianças entre 0 e 14 anos.

A inclusão precoce pode proporcionar o máximo potencial de desenvolvimento para todos os bebês e crianças, independentemente de suas habilidades e formas de se relacionar com o mundo. Seu impacto é ainda mais significativo e relevante quando aplicado a crianças desfavorecidas devido à falta de treinamento em relação a deficiências nessa fase.

Para mobilizar e integrar recursos de apoio e ferramentas inclusivas de qualidade, acessíveis a todas as famílias, o primeiro passo é identificar e localizar geograficamente os recursos, instituições e pessoas com conhecimento, experiência e capacidade de apoio no atendimento às famílias de crianças com limitações.

Atualmente, muitos recursos são desperdiçados devido à falta de visibilidade e às barreiras burocráticas que impedem sua utilização efetiva. Acordos intersetoriais e interinstitucionais podem

superar isso, criando circuitos de inclusão precoce que conectam os recursos e as habilidades técnicas existentes nos níveis central e local.

APRENDIZAGEM PRECOCE COMO INVESTIMENTO NO CRESCIMENTO

A instrução é uma oferta que busca estabelecer consentimento, à medida que proporciona a oportunidade de testemunhar, demonstrar e imbuir suas marcas nessa oferta, e é isso que o educador deve fomentar. Para que um indivíduo aprenda, é essencial que o Outro esteja presente, com seu interesse motivador, pois, sem isso, mesmo com um currículo ideal, tudo se torna inofensivo.

Essa forma de existir no mundo de cada pessoa entra em jogo na maneira como cada indivíduo se apresenta, estabelece conexões sociais com os outros e responde à ordem estabelecida, como a instituição educacional.

A importância do empreendimento educacional reside na busca e criação de espaços de diálogo, com outros discursos que acolhem crianças e adolescentes, gerando um avanço, algo novo no conhecimento, como uma forma de lidar com o impossível, que gera um chamado, um desejo de conversar, pedir, trocar com os outros.

A situação atual aumenta a vulnerabilidade social e econômica das pessoas com limitações e suas famílias. Para enfrentar esses desafios, há várias áreas que podem ser aprimoradas. Uma delas é a forma como a deficiência é conceituada e avaliada, a fim de identificar aqueles que necessitam de apoio adicional. Outra é fechar a lacuna na qualidade dos serviços sociais para pessoas com deficiência, especialmente na área educacional. Além disso, é necessário fornecer apoio aos cuidadores para evitar sobrecarga de trabalho.

Segundo Mantoan:

As escolas se democratizaram, abrindo-se para novos grupos sociais, mas não para novos conhecimentos. Elas excluem, assim, aqueles que não possuem o conhecimento que valorizam e, desse modo, entendem a democratização como a massificação do ensino, sem criar a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, sem se abrir para novos conhecimentos que não couberam, até então, em seu âmbito (2004, p.38).

Uma das preocupações mais alarmantes que afeta a sociedade atualmente está relacionada à desigualdade, à falta de coesão social e às tensões sociais resultantes. Por outro lado, há uma tendência esperançosa que reconhece a diversidade e os direitos humanos como base sobre a qual toda sociedade moderna deve ser construída.

Uma maneira de mobilizar recursos integradores, em oposição às desigualdades, é reconhecer desde cedo, desde o berço, que todas as pessoas têm habilidades e pontos fortes para contribuir.

Por meio da inclusão precoce, são criados ambientes que promovem direitos, sem exclusões ou discriminação. Erradicar práticas discriminatórias e prejudiciais para a população em geral e para crianças com deficiência em particular contribuirá para um melhor planejamento de vida para essas crianças e suas famílias, e, por consequência, para toda a humanidade.

Portanto, é crucial enfrentar a grave discriminação enfrentada por centenas de milhares de

meninos e meninas em todo o mundo, pois negar-lhes acesso ao sistema educacional também significa privá-los da tão esperada igualdade, a fim de se tornarem membros ativos da sociedade, em vez de serem condenados à pobreza ou marginalização.

A inclusão é um desafio que, quando adequadamente enfrentado pela escola comum, impulsiona a melhoria da qualidade da educação básica e superior. Para que alunos com e sem deficiência possam exercer plenamente o direito à educação, é indispensável que a escola aprimore suas práticas para atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário para que os alunos possam tirar o máximo proveito da experiência educacional, evitando que o tempo valioso e irreversível de seu desenvolvimento seja comprometido em suas vidas (FÁVERO, et al., 2007, 45).

Algumas ações que, apesar de estarem registradas, são extremamente interessantes e, apesar de estarem incorporadas na mais recente legislação educacional aprovada pelo governo espanhol, ainda não resolveram muitos dos desafios que nosso sistema educacional enfrenta para assegurar uma educação inclusiva adequada, que atenda às necessidades de todos os estudantes diante de abordagens discriminatórias, com o objetivo de combater o estigma e a discriminação, alcançando assim total integração social e profissional dos jovens com deficiência.

Assim, ao educar as crianças em um ambiente equitativo onde a diversidade é vista como uma oportunidade de aprendizado, podemos fortalecer a capacidade dessas crianças de superar obstáculos, alcançar metas e, acima de tudo, respeitar a si mesmas em um caminho que deve levá-las a maximizar sua educação, trabalho e desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de inclusão e integração se tornaram uma demanda significativa, transformando-se em um elemento estratégico no fenômeno da globalização que atualmente nos molda, e é por isso que a inclusão educacional se estabeleceu no cerne da escola e da instituição educacional.

Ao nos depararmos com essa realidade, surgem questionamentos sobre o que é mais efetivo na inclusão educacional: é mais valioso direcionar nossos alunos a metas concretas, incorporando-os em experiências de aprendizado tangíveis e relevantes, vinculadas a seus interesses e habilidades, ou, em alguns casos, estamos comprometidos em oferecer apenas uma socialização simples nas diversas modalidades de ensino de nosso sistema educacional.

Os desafios da inclusão educacional devem responder a duas questões fundamentais: garantir, em todos os níveis e ambientes, a plena integração dos estudantes.

A inclusão escolar é um conceito relacionado ao acesso e permanência dos cidadãos nas escolas. O objetivo principal é tornar a educação mais inclusiva e acessível a todos, respeitando suas diferenças, particularidades e singularidades.

Nesse contexto, devemos levar em consideração deficiências físicas ou motoras, habilidades excepcionais, dificuldades cognitivas, autismo e outras condições sociais, emocionais e psicológicas.

Essas condições específicas, que afetam a forma como os estudantes podem ser educados, são conhecidas como "necessidades educacionais especiais".

A educação especial é compreendida como uma forma de ensino e uma ferramenta para a inclusão dos estudantes. Os alunos com deficiência podem ter acesso a serviços adaptados às suas necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

CIDID. Disponível em: <http://www.proreabilitação.com.br/papo-cafezinho/demetrio-praxedes-araujo/deficiencia-incapacidade-e-desvantagens-conceituacoes>> Acesso 1 jun.2024.

CUBERO, R.; MORENO, M. **Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros**. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DENARI, F. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão**. In: RODRIGUES, D (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

FÁVERO, E. A. Gonzaga; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.pdf>. Acesso em 20 Jun 2020.

FONSECA, V da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. Direito da Educação, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

STAINBACK, S. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.